



# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	27
-------------------------	----

## **PARTE I**

### **NOÇÕES GERAIS SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL**

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>Responsabilidade Civil</b> .....	33
1.1. Noções Básicas .....	33
1.1.1. Uma Visão da Responsabilidade Civil .....	38

<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Pressupostos do Dever de Reparar</b> .....	41
2.1. Dano .....	41
1.1. Teoria da Prejudicialidade e Teoria do Comportamento Contido .....	47
2.2. Ação ou Omissão do Agente .....	50
2.3. Nexo de Causalidade .....	52
2.4. Culpa do Agente .....	53

<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>Teoria do Abuso do Direito</b> .....	61

<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>Diferença entre Teoria Objetiva e Teoria Subjetiva na Responsabilidade Civil</b> .....	73
4.1. Conceituação da Responsabilidade Civil Objetiva e da Responsabilidade Civil Subjetiva. Justificativa da Adoção da Responsabilidade Civil Objetiva, com fundamento na Teoria do Risco, nas relações de consumo .....	73
4.2. Da Responsabilidade Civil Subjetiva com Culpa Comprovada, da Responsabilidade Civil Subjetiva com Culpa Presumida e da Responsabilidade Civil Objetiva ou Sem Culpa ...	85
4.3. Repertório de Jurisprudência sobre Responsabilidade Civil Subjetiva com culpa comprovada, Responsabilidade Civil Subjetiva com culpa presumida e Responsabilidade Civil Objetiva .....	88

4.3.1. Responsabilidade Objetiva.....	88
4.3.2. Responsabilidade Civil Extracontratual.....	100
4.3.3. Dano Moral.....	101
4.3.4. Responsabilidade civil subjetiva com culpa presumida .....	102

## **CAPÍTULO V**

<b>Responsabilidade Civil e Responsabilidade Penal. Responsabilidade Contratual e Responsabilidade Extracontratual ou Aquiliana.....</b>	<b>107</b>
5.1. Responsabilidade Civil e Responsabilidade Penal .....	107
5.1.1. O Íntimo Relacionamento da Responsabilidade Civil e da Responsabilidade Penal....	115
5.2. Responsabilidade Civil Contratual e Responsabilidade Civil Extracontratual ou Aquiliana ....	120

## **PARTE II**

### **DANOS MORAIS**

## **CAPÍTULO VI**

<b>Noções Preliminares .....</b>	<b>123</b>
6.1. Conceito .....	123
6.1.1. Mudança de Posicionamento.....	124
6.2. Breve Histórico do Dano Moral no Direito Brasileiro .....	126
6.2.1. Primeira Fase: Não Aceitação da Indenização .....	126
6.2.2. Segunda Fase: Necessidade de Repercussão Patrimonial.....	129
6.2.3. Terceira Fase: Plena Aceitação da Indenização dos Danos Morais .....	135
6.3. Aceitação Definitiva da Reparabilidade dos Danos Morais.....	139
6.3.1. Responsabilidade e Licidade - para Compreender as Causas de Irresponsabilidade... ..	156
6.3.2. As Causas de Irresponsabilidade (Excludentes de Ilícitude).....	159
6.3.2.1. Legítima Defesa.....	165
6.3.2.2. Estado de Necessidade .....	176
6.3.2.3. Exercício Regular de um Direito Reconhecido e Estrito Cumprimento do Dever Legal .....	180
6.3.2.3.1. Estrito Cumprimento do Dever Legal E Responsabilidade Civil do Estado por Atos de seus Agentes .....	183
6.3.2.3.2. Exercício Regular de um Direito Reconhecido como Causa Excludente do Dever de Indenizar.....	185
6.3.2.4. Força Maior e Caso Fortuito .....	187
6.3.2.5. Culpa Exclusiva e Culpa Concorrente da Vítima .....	200
6.3.2.5.1. Culpa exclusiva da vítima.....	200

6.3.2.5.2. Culpa concorrente da vítima .....	204
6.3.2.6. Outras Causas de Irresponsabilidade.....	207
6.3.2.7. Conclusão Sobre as Causas de Irresponsabilidade .....	214

## **CAPÍTULO VII**

<b>Distinção Entre Danos Puramente Morais e Danos Extrapatrimoniais.....</b>	<b>217</b>
7.1. Danos Extrapatrimoniais .....	217
7.2. Danos Morais Puros .....	222
7.3. Provas do Dano Moral.....	225
7.3.1. Alguns Aspectos Processuais da Prova do Dano Moral .....	248
7.4. Diferença entre Danos Morais e Meros Aborrecimentos ou Dissabores.....	254
7.4.1. Repertório de Jurisprudência sobre os Meros Dissabores ou Aborrecimentos .....	259
7.4.1.1. Compra de Automóvel. Defeito de Fábrica. Ausência de Danos Morais. Meros Dissabores ou Aborrecimentos.....	259
7.4.1.2. Bloqueio da Porta Giratória de Segurança de Instituição Financeira – Travamento - Pedido de Indenização por Danos Morais – Inocorrência – Presença de Meros Aborrecimentos ou Dissabores.....	261
7.4.1.3. Alguns comentários sobre o Sistema de Segurança das Portas Giratórias..	261
7.4.1.4. Recusa no Recebimento de Cheque de Pessoa inclusa em Cadastros Negativadores de Crédito – Meros Aborrecimentos ou Dissabores .....	263
7.4.1.5. Alguns comentários sobre os Direitos Creditícios.....	264
7.4.1.6. Má Prestação de Serviços – Inocorrência de Dano Moral – Meros Dissabores ou Aborrecimentos.....	265
7.4.1.7. Anulação de Concurso Público – Inexistência de Dano Moral – Meros Dissabores ou Aborrecimentos – Poder Discricionário da Administração Pública.....	277
7.4.1.8. Comentários sobre a Anulação de Concurso Público.....	281
7.4.1.9. Descumprimento parcial de contrato de viagem. Hospedagem em hotel similar ao prometido. Requerimento de danos morais pelo ocorrido. Inocorrência. Meros Dissabores decorrentes de situações facilmente subsumíveis nas contingências da vida em sociedade .....	287
7.4.1.10. Comentários ao caso do Descumprimento Parcial de Contrato de Viagem .....	297

## **CAPÍTULO VIII**

<b>A Teoria do Valor do Desestímulo.....</b>	<b>299</b>
8.1. Origem.....	299
8.2. Definição.....	306

<b>CAPÍTULO IX</b>	
<b>Críticas à Teoria do Valor do Desestímulo</b> .....	309
9.1. Excesso de Rigor da Teoria do Valor do Desestímulo.....	309
9.2. Incompatibilidade da Teoria do Valor do Desestímulo com a Realidade Brasileira.....	314
9.3. Possibilidade de Degeneração do Instituto da Responsabilidade Civil em decorrência da aplicação da Teoria do Valor do Desestímulo .....	320
9.4. Necessidade de se Afastar a Aplicabilidade da Teoria do Valor do Desestímulo do Ordenamento Jurídico Brasileiro .....	326
9.5. Receio de que o Pesadelo se Torne Realidade .....	330
<b>CAPÍTULO X</b>	
<b>O Dano Moral na Investigação Criminal</b> .....	335
10.1. Finalidade da Investigação Criminal.....	335
10.2. Como os Acusados São Tratados Pelos Agentes Estatais .....	344
10.3. O Bom Senso e o Respeito Pelas Garantias Constitucionais .....	349
10.4. A Prisão Cautelar: Fábrica de Danos Morais.....	355
10.5. Dos Requisitos da Prisão Cautelar: O Risco do Dano .....	359
10.6. O Decreto Absolutório .....	392
10.7. Dever de Indenizar o Lesado em Decorrência da Investigação Criminal: A Indenização por Danos Morais .....	398
10.8. Conclusão Deste Item .....	400
<b>CAPÍTULO XI</b>	
<b>Crêterios para Determinação do “Quantum” Indenizatôrio</b> .....	403
11.1. Sistema da Tarifação .....	403
11.2. Arbitrio Judicial .....	418
11.3. “Standards” ou Padrões Jurídicos .....	423
11.4. Condições Pessoais das Partes.....	426
<b>CAPÍTULO XII</b>	
<b>Da Equidade</b> .....	453
12.1. Esboço do Que Seja Equidade .....	453
12.2. Equidade: Uma Necessidade Social .....	457
12.3. Formas de Equidade .....	461
12.4. Equidade e o Novo Código Civil.....	472
12.5. Importância da Equidade no Mundo de Hoje .....	478

<b>CAPÍTULO XIII</b>	
<b>Formas de Reparação</b> .....	481
13.1. “ <i>In Natura</i> ” .....	481
13.2. Pecuniária .....	485
13.3. “ <i>Compensatio Lucri Cum Damno</i> ” .....	489
13.4. O Valor Justo .....	492

## PARTE III

### AÇÕES INDENIZATÓRIAS NA PRÁTICA

<b>CAPÍTULO XIV</b>	
<b>Prática Processual</b> .....	499
<b>MODELOS DE AÇÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS</b> .....	499
<b>MODELO 01.</b> Ação de Indenização (Reclamação Trabalhista) por danos morais, decorrentes de acidente de trabalho .....	499
• Notas Explicativas .....	499
• Comentários à Ação de Indenização (Reclamação Trabalhista) por danos morais, decorrentes de acidente de trabalho .....	511
<b>MODELO 02.</b> Contestação à Ação de Indenização (Reclamação Trabalhista) por danos morais, decorrentes de acidente de trabalho .....	513
• Notas Explicativas .....	513
• Comentários à Contestação apresentada contra a Ação de Indenização (Reclamação Trabalhista) por danos morais, decorrentes de acidente de trabalho .....	523
<b>MODELO 03.</b> Ação de Indenização por danos morais, decorrentes do rompimento da Vida Conjugal (Divórcio, Reconhecimento e Dissolução de Sociedade de Fato, etc.) .....	525
• Notas Explicativas .....	525
• Da Impossibilidade de Impugnação ao Valor da Causa .....	529
• Comentários .....	530
• Jurisprudência favorável ao reconhecimento do dano moral, decorrente do rompimento da vida em comum por adultério .....	534
<b>MODELO 04.</b> Ação de Indenização por danos morais, decorrentes de Defeito no Produto – Relação de Consumo – Direito do Consumidor .....	542
• Comentários .....	545
<b>MODELO 05.</b> Caso de ocorrência de Prescrição em Ação Indenizatória de Danos morais ....	549
• Comentários .....	564
<b>CONCLUSÃO</b> .....	565

## ANEXOS

<b>ANEXO I</b> – Projeto de Lei nº 7.124/02 – Objetiva Tabelar os Danos Morais .....	575
<b>ANEXO II</b> – ARTIGO JURÍDICO – Reparação de Danos Morais – Teoria do Valor do Desestímulo.....	577
<b>ANEXO III</b> – Artigo Jurídico – Indenizações Milionárias – O Caráter Punitivo da Indenização por Dano Moral.....	581
<b>ANEXO IV</b> – Julgamento do Caso Escola Base – Recurso Especial n.º 351.779/SP (Superior Tribunal de Justiça) .....	587
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	613
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO</b> .....	621